

Projeto de Pesquisa (do Professor)			
Nome do Professor:	Veronica Lagassi	Curso:	Direito
Unidade:	Botafogo	Data:	Agosto de 2016

1. **Tema:** Direito do trabalhador rural, preceito constitucional e Direitos Fundamentais.
2. **Delimitação do Tema:** Trabalhador Rural: Tensões e Perspectivas.
3. **Problema:**

É incontestável o fato de ser o Brasil um país ainda com inúmeras oportunidades na agricultura e pecuária ante sua vasta extensão territorial. A obtenção de seu desenvolvimento econômico deve perpassar pelo incentivo e ampliação da agricultura, pelo fato de o Brasil se tratar de um país relativamente jovem caso comparado aos do Velho Continente e, além disso, não possuir ainda uma tradição ou vasto conhecimento para a criação e exploração de novas tecnologias. Mas, se por um lado a agricultura é uma das atividades vitais para o desenvolvimento econômico e sustentável do país, por outro, os trabalhadores dessa atividade não têm seus direitos laborais devidamente resguardados e em sua grande maioria vivem e trabalham em condições precárias ao serem comparadas as condições de trabalho do trabalhador urbano. Assim, o problema que se apresenta corresponde a investigar as razões pelas quais as condições precárias do trabalhador rural persistem em existir no caso brasileiro, tendo em vista ser esta atividade uma das principais fontes de desenvolvimento econômico do país.

#### 4. Objetivos:

- Identificar o trabalhador do campo/rural;
- Discorrer sobre seus direitos e sua efetividade;
- Analisar a proteção e as prerrogativas do trabalhador rural, especialmente no que tange ao seu ambiente de trabalho.

#### 5. Justificativa:

Por intermédio da agricultura o ser humano deixou de ser nômade e passou a fixar-se num dado território. A partir daí, deu-se início ao surgimento das civilizações e com elas diversas culturas. Porém, sem que, no entanto, o cultivo da terra deixasse de ser uma das práticas laborais mais importantes.



O mundo evoluiu, mas o cultivo de alimentos permanece a ser uma das mais importantes atividades laborais, pelo fato de estar diretamente relacionada à subsistência e sobrevivência humana. Diante disso, há necessidade de estudo e investigação para que se propague a melhoria das condições do trabalhador rural, pelo fato de ser o desempenho da agricultura e pecuária de suma importância não só para o desenvolvimento da economia assim como para a manutenção da dignidade desses trabalhadores.

## 6. Metodologia

A metodologia a ser empregada buscará associar uma fundamentação teórica ao estudo e pesquisa de casos fáticos. O que será feito pelo intermédio do levantamento e leitura de uma vasta bibliografia, além da obtenção de dados ou de estatísticas em Órgãos oficiais a fim de associar visão teórica e prática do tema abordado. Além do entendimento doutrinário também serão observadas as implicações legais e principalmente as constitucionais sobre o tema em comento.

## 7. Resumo do projeto para internet (Entre 200 e 500 palavras)

Por intermédio da agricultura o ser humano deixou de ser nômade e passou a fixar-se num dado território. A partir daí, deu-se início ao surgimento das civilizações e com elas diversas culturas. Porém, sem que, no entanto, o cultivo da terra deixasse de ser uma das práticas laborais mais importantes.

O mundo evoluiu, mas o cultivo de alimentos permanece a ser uma das mais importantes atividades laborais, pelo fato de estar diretamente relacionada à subsistência e sobrevivência humana. Diante disso, há necessidade de estudo e investigação para que se propague a melhoria das condições do trabalhador rural, pelo fato de ser o desempenho da agricultura e pecuária de suma importância não só para o desenvolvimento da economia como também para a manutenção da dignidade dessa categoria de trabalhadores.

E, em se tratando do caso brasileiro que possui inúmeras oportunidades tanto na agricultura quanto pecuária ante sua vasta extensão territorial. A regulação do Direito laboral do rural desponta como meio de obtenção do desenvolvimento econômico sustentável. Haja vista ser o Brasil um país relativamente jovem se comparado aos do Velho Continente e, conseqüentemente, não possuir uma tradição ou vasto conhecimento para a criação e exploração de novas tecnologias. No entanto, se por um lado a agricultura é uma das atividades vitais para o desenvolvimento econômico e sustentável do país, por outro, os trabalhadores desta atividade não têm seus direitos trabalhistas e previdenciários devidamente resguardados e em sua grande maioria vivem e trabalham em condições precárias ao serem comparadas as condições de trabalho do trabalhador urbano. Curiosamente, no caso brasileiro esse problema se arrasta desde a formação do país, pois o

desenvolvimento da agricultura e do pastoreio não despertou o mesmo interesse ao legislador pátrio do que a regulação do trabalhador urbano, conforme observa Alice Monteiro de Barros<sup>1</sup>. Tal observação é facilmente constatada mediante uma breve análise legal, onde tivemos a partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), publicada em 1943, uma preocupação explícita com a regulação e proteção do trabalhador urbano. Ao passo que, o trabalhador rural encontra-se explicitamente excluído da esfera dessa proteção legal através da disposição do art. 7º, alínea “b”, da CLT. Desta feita, urge a necessidade de investigação e análise dos motivos que geram tal discrepância e a precarização dos direitos desta tão importante categoria de trabalhadores.

## 8. Cronograma da Pesquisa

ATIVIDADES	MÊS/ANO						
	agosto/16	Setembro/16	Nov/16	Dezembro/16	Jan/17	Março/17	Mai/17
Busca e ampliação de bibliografia sobre o tema;	X						
Leitura e fichamento bibliográfico e análise de textos legais;		X					
Análise de dados estatísticos no que tange as condições de trabalho do rural. Cujos dados deverão ser obtidos, mediante a apresentação e desenvolvimento de atividades de pesquisa a serem realizadas pelos alunos de direito de modo a viabilizar a associação pesquisa-extensão.			X				
Correlação dos apontamentos teóricos inicialmente obtidos com os dados estatísticos.				X			
Elaboração de artigo que propague a conclusão obtida por meio da pesquisa.					X		
Revisão ortográfica.						X	
Publicação e/ou apresentação do trabalho em anais científicos.							X

## 9. Referências

- BARROS, Maria Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 4ª Edição. São Paulo: LTr, 2008;
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987;

<sup>1</sup> BARROS, Maria Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 4ª Edição. São Paulo: LTr, 2008. Cap. XI. P 398.



- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010;
- MONTEIRO, Geraldo Tadeu. SAVEDRA, Mônica Maria. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. Cap. 2;
- PIKETTY, Thomas. **La economía de las desigualdades: Cómo implementar una redistribución justa y eficaz de la riqueza**. Barcelona: Editora Anagrama, 2015.